

PREFEITURA  
**MAMANGUAPE**

Secretaria  
Saúde

*sempre pra frente*

### ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (HOSPMED)**, inscrita no CNPJ nº 32.380.176/0001-02, sediada na Rua Nobre de Lacerda, nº 246 - Loja 0001 – Madalena – Recife/PE, Cep: 50.720-040, fornece **Material Médico Hospitalar, Medicamentos e Produtos Odontológicos** de forma satisfatória, não existindo em nossos registros até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Mamanguape, 23 de Maio de 2025.

  
Wotley Douglas Michel Conrad  
Diretor de Departamento ADM

WOTLEY DOUGLAS MICHEL CONRAD  
DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE-PB  
situada na Praça Antenor Navarro, nº10, CEP.: 58.280.000, Centro – Mamanguape-PB CNPJ/MF nº  
08.898.124/0001-48 – PB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

**CONTRATO Nº 016/2025**

PREGÃO ELETRÔNICO – 010/2025

TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA  
DE  
MEDICAMENTOS: 176000102  
32380176000102

Assinado de forma  
digital por TF  
ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:32380  
Dados: 2025.03.20  
11:32:27 -03'00'

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAIBA, E A EMPRESA: T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ/CPF: 32.380.176/0001-02, TENDO POR OBJETIVO: **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E PEDIÁTRICAS DESCARTÁVEIS, ADULTAS E INFANTIL, PARA ATENDER AO PÚBLICO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM NECESSIDADES ESPECIAIS, CONFORME SUA DEMANDA**

.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** com Sede na Rua Cel. Luiz Inácio, 216 - Centro - Mamanguape - PB, CNPJ nº 08.674.396/0001-64, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Antônio Máximo da Silva Neto, Brasileiro, Casado, Dentista, residente e domiciliado na Rua Via Local, 04st 02, S/N - Centro - Mamanguape - PB, CPF nº 057.130.434-60, portador da Cédula de Identidade – RG 2.817.174 SSP - PB, e de outro lado, como CONTRATADO, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, com sede na Rua Nobre de Lacerda - CEP: 50720040, UF: PE - Município: Recife – PE, Telefone: (81) 3787-1342; inscrita no CNPJ sob o n.º 32.380.176/0001-02, representado neste ato por: TONY FRANCISO ALEXANDRE, Portador(a) do CPF nº: 544.327.824-04 e RG nº: 3.241.723 SSP – PE, tendo em vista o que consta no Processo nº 2025.02.025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº1.756/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 010/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E PEDIÁTRICAS DESCARTÁVEIS, ADULTAS E INFANTIL, PARA ATENDER AO PÚBLICO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM NECESSIDADES ESPECIAIS, CONFORME SUA DEMANDA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.1.1 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2 Discriminação do objeto:

<b>EMPRESA: T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS</b>	
<b>CNPJ: 32.380.176/0001-02</b>	
<b>ENDEREÇO: Rua Nobre de Lacerda - CEP: 50720040 - UF: PE - Município: Recife</b>	
<b>REPRESENTANTE: TONY FRANCISO ALEXANDRE</b>	
<b>E-MAIL: hospmedepp@gmail.com</b>	<b>TEL.: (81) 3787-1342</b>

TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:3  
2380176000102

Assinado de forma digital  
por TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:323801760  
00102  
Dados: 2025.03.20 11:32:40  
-03'00'



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO (G), PCT/8 UND	PLENA	15.000	PC	R\$ 7,98	R\$ 119.700,00
002	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO (M), PCT/8 UND	CONFORT CARE	15.000	PC	R\$ 9,16	R\$ 137.400,00
003	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO (P), PCT/8 UND	CONFORT CARE	15.000	PC	R\$ 9,85	R\$ 147.750,00
004	FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO (XG), PCT/8 UND	PLENA	15.000	PC	R\$ 9,59	R\$ 143.850,00
005	FRALDAS PEDIÁTRICA TAMANHO (G), PCT/8 UND	CONFORT BABY	10.000	PC	R\$ 4,29	R\$ 64.350,00
006	FRALDAS PEDIÁTRICA TAMANHO (M), PCT/8 UND	CONFORT BABY	10.000	PC	R\$ 4,30	R\$ 43.000,00
007	FRALDAS PEDIÁTRICA TAMANHO (XG), PCT/8 UND	CONFORT BABY	17.000	PC	R\$ 5,48	R\$ 93.160,00
					<b>VALOR TOTAL:</b>	<b>R\$ 749.210,00</b>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 14/03/2025 e encerramento em 14/03/2027, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 749.210,00 (Setecentos e Quarenta e Nove Mil, Duzentos e Dez Reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

03.220 Fundo Municipal de Saúde - 10 301 0222 2059 Manutenção do Programa Agentes Comunit. De Saúde – PACS - 16040000 Transferências Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. - 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde -15001002 Recursos não Vinculados de Impostos – Saúde - 000495 3390.30 99 - 10 301 0428 2062 Manut SAÚDE BUCAL - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 301 428 2063 Manutenção das Ações de Incentivo Financeiro do SUS - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -10 302 0083 2064 Teto Municipal de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 302 0083 2065 SAMU-Serviços de Atendimento Móvel de Urgência -

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 16320000 Transferências do Estado referentes a Convênios E instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - 10 302 0083 2066 CEO-Centro Espec. Odontológica -16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental-RSME -16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 305 0428 2068 Piso Fixo de Vigilância em Saúde -16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 303 0091 2069 Manut Prog Assistência Farmacêutica Básica- 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 16320000 Transferências do Estado referentes a Convênios E instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - 10 301 0428 2070 Manut Outras Transferências do FNS - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saude15001002 Recursos não Vinculados de Impostos – Saúde - 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de atenção Domiciliar – SAD-16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 304 0428 2082 Manutenção do Piso Fixo de Vigilância Sanitária - 16000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 10 305 0428 2084 Manut. Programa Agente de Combate a Endemias -16040000 Transferências Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. - 10 301 0428 2086 Manutenção das Ações Custeadas com Recursos do Royalties p/ Saúde - 16350000 Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde – Lei nº 12.858/2013- 000599 3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO.

**5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.**

**Recebimento**

- 5.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

5.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.8.1. o prazo de validade;
- 5.8.2. a data da emissão;
- 5.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.8.5. o valor a pagar; e
- 5.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

5.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = \*\*\*, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = ***$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**Forma de pagamento**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

5.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

5.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6. CLÁUSULA SEXTA–DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO.**

6.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

6.1.1 Ultrapassado o prazo constante no subitem anterior, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.1.5.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.1.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.8. Eventuais repactuações e reequilíbrio do contrato, observarão o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

8.1 O prazo de entrega dos produtos é de até 05 (cinco) dias úteis, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria de saúde.

8.2 A entrega dos produtos será realizada no seguinte endereço: Rua Senador Cunha de Vasconcelos, n.º 332, Bairro Campo, CEP 58.280-000. Mamanguape-PB, no horário de expediente normal de 08:00 as 12:00 Horas.

TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA  
DE  
MEDICAMENTOS:  
32380176000102

Assinado de forma digital  
por TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:323801  
76000102  
Dados: 2025.03.20  
11:33:43 -03'00'



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

**9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Decreto Municipal n.º 1744/2023.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;

10.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.1.6.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.7.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

10.1.11.Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.12.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

10.2.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.13. Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.

d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 11.2 “a”.

11.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

12.1 O fornecimento deverá pautar-se no emprego da sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

12.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição e menor impacto ambiental, se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA como:

12.3 Embalagem sustentável: Os Produtos preferencialmente deverão ser embalados de forma sustentável, preferencialmente utilizando materiais reciclados ou biodegradáveis e minimizando o uso de plástico e outros materiais não renováveis.

12.4 Praticar Política de responsabilidade social corporativa: Considere a política de responsabilidade social corporativa do fabricante ou fornecedor, incluindo seu compromisso com questões como direitos humanos, trabalho justo e práticas ambientais responsáveis.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.**

13.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA  
DE  
MEDICAMENTOS:  
32380176000102

Assinado de forma digital  
por TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:3238017  
6000102  
Dados: 2025.03.20  
11:35:18 -03'00'



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

13.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.**

14.1 É VEDADO À CONTRATADA:

14.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS.**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE**  
**(Departamento de Licitação e Contratos)**

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.**

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.**

18.1 É eleito o Foro da Comarca de Mamanguape para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Mamanguape, 14 de março de 2025.

\_\_\_\_\_  
ANTONIO MÁXIMO DA SILVA NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATANTE

TF ALEXANDRE  
DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:32380176  
000102

Assinado de forma digital por TF  
ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE  
MEDICAMENTOS:32380176000102  
Dados: 2025.03.20 11:35:53 -03'00'

\_\_\_\_\_  
T.F. ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
32.380.176/0001-02  
CONTRATADA

RECEBEMOS DE T.F.ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO 31.03.2025 VALOR TOTAL R\$ 80.002,25

DESTINATÁRIO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE R CEL LUIZ INACIO, 216 CENTRO, MAMANGUAPE - PB

DATA DE RECEB.


NOME LEGÍVEL / ASSINATURA DO RECEBEDOR

RG:

NF-e Nº 00002848

Série 001

PV Nº 0



ESTAB.: T.F.ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
ENDER.: Rua Nobre de Lacerda,246,LOJA 01  
BAIRRO: Madalena  
MUNIC.: Recife  
CEP: 50720-040

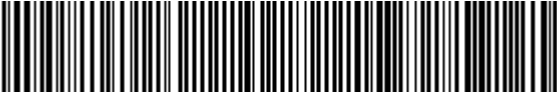
DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

1 - SAÍDA  
2 - ENTRADA

1

Nº. 00002848 - FL1/1 Série: 001



1 via

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de mercadoria			CHAVE DE ACESSO NFE P/ CONSULTA WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR 26 2503 32380176000102 55 001 000002848 1 00003230 2
INSCR. EST. 086991434	INSCR. EST. SUBST. TRIB.	CNPJ 32380176000102	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO 126250032095380

DESTINATÁRIO/REMETENTE			CNPJ/CPF 08.674.396/0001-64	DATA EMISSÃO 31.03.2025
NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE		BAIRRO/DISTRITO CENTRO		CEP 58280-000
ENDEREÇO R CEL LUIZ INACIO, 216		MUNICÍPIO MAMANGUAPE		UF PB
FONE/FAX (83) 3292-3568		INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO		HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA	VENCIMENTO 30.04.2025 1/1
VALOR 80.002,25	

CALCULO DO IMPOSTO		BASE CALCULO ICMS 80.002,25	VALOR DO ICMS 9.600,27	BASE DE CALCULO ICMS SUBST.	VALOR ICMS SUBST.	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 80.002,25
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA 80.002,25	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		RAZÃO SOCIAL	FRETE P/ CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINAT.	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO		

DADOS DO PRODUTO/SERVICO														
COD.	DESCRIÇÃO	Marca	NCM SH	CST	CFOP	UND	Lote	Fabricação	Validade	PMC	QUANTIDADE	Valor UNITÁRIO	TOTAL	Base Calc.ICMS
2403	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G PCT 8	PLENA IND FRALDAS	96190000	000	6108	UND	54259	16.04.2024	16.04.2027		1.500,000	7,98	11.970,00	11.970,00
3087	FRALDA GERIATRICA (M) PCT 8 CONFORT CARE	CONFORT CARE	96190000	000	6108	PCT	56080	20.08.2023	20.08.2027		1.600,000	9,16	14.656,00	14.656,00
3085	FRALDA GERIATRICA (P) PCT 8 - CONFORT CARE	CONFORT CARE	96190000	000	6108	PCT	54124	22.05.2024	22.05.2027		1.597,000	9,85	15.730,45	15.730,45
2401	FRALDA GERIATRICA XG PCT 8	PLENA IND FRALDAS	96190000	000	6108	PCT	65087	21.11.2023	21.11.2028		1.600,000	9,59	15.344,00	15.344,00
3872	FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL - TAM. G PCT. C	CONFORT BABY	96190000	000	6108	PCT	75427	14.07.2023	14.07.2028		1.550,000	4,29	6.649,50	6.649,50
	08 - CONFORT BABY													
3873	FRALDA PEDIATRICA TAMANHO (M), PCT 8 - CONFOR	CONFORT BABY	96190000	000	6108	PCT	50840	14.10.2023	14.10.2028		1.601,000	4,30	6.884,30	6.884,30
	T BABY													
3874	FRALDA PEDIATRICA TAMANHO (XG), PCT 8 - CONFO	TRELOSO BABY	96190000	000	6108	PCT	14044	20.03.2024	20.03.2027		1.600,000	5,48	8.768,00	8.768,00
	RT BABY													

DADOS ADICIONAIS

LS 215  
PREGÃO ELETRONICO 010/2025 BANCO DO BRASIL  
AG : 1833-3  
CC: 43567-8 DIFAL PE R\$ 0,00 - PB R\$ 6.400,18

RESERVADO AO FISCO



RECEBEMOS DE T.F.ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO 22.04.2025 VALOR TOTAL R\$ 70.005,90

DESTINATÁRIO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE R CEL LUIZ INACIO, 216 CENTRO, MAMANGUAPE - PB

DATA DE RECEB.


NOME LEGÍVEL / ASSINATURA DO RECEBEDOR

RG:

NF-e Nº 00002884

Série 001

PV Nº 0



ESTAB.: T.F.ALEXANDRE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
ENDER.: Rua Nobre de Lacerda,246,LOJA 01  
BAIRRO: Madalena  
MUNIC.: Recife  
CEP: 50720-040

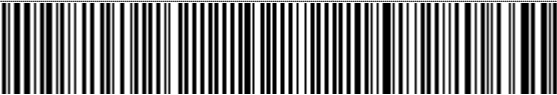
DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

1 - SAÍDA  
2 - ENTRADA

1

Nº. 00002884 - FL1/1 Série: 001



2 via

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de mercadoria			CHAVE DE ACESSO NFE P/ CONSULTA WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR 26 2504 32380176000102 55 001 000002884 1 00003266 3
INSCR. EST. 086991434	INSCR. EST. SUBST. TRIB.	CNPJ 32380176000102	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO 126250039829124

DESTINATÁRIO/REMETENTE					
NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE			CNPJ/CPF 08.674.396/0001-64	DATA EMISSÃO 22.04.2025	
ENDEREÇO R CEL LUIZ INACIO, 216		BAIRRO/DISTRITO CENTRO		CEP 58280-000	DATA ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO MAMANGUAPE	UF PB	FONE/FAX (83) 3292-3568		INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA	
VENCIMENTO	22.05.2025 1/1
VALOR	70.005,90

CALCULO DO IMPOSTO					
BASE CALCULO ICMS 70.005,90	VALOR DO ICMS 8.400,71	BASE DE CALCULO ICMS SUBST.			VALOR ICMS SUBST.
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	DESP. ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 70.005,90
					VALOR TOTAL DA NOTA 70.005,90

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL			FRETE P/ CONTA 1 - EMITENTE 2 - DESTINAT.	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO
ENDEREÇO			MUNICÍPIO	UF	CNPJ/CPF
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVICO															
COD.	DESCRIÇÃO	Marca	NCM	SH	CST	CFOP	UND	Lote	Fabricação	Validade	PMC	QUANTIDADE	Valor UNITÁRIO	TOTAL	Base Calc.ICMS
4193	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G PCT 8	BIGCOMFORT	96190000	000	6108	PCT	00117	10.05.2024	10.05.2027			1.800,000	7,9800	14.364,00	14.364,00
4329	FRALDA GERIATRICA (M) PCT 8	BIG LIFE	96190000	000	6108	PCT	D042024	10.02.2025	11.03.2028			1.100,000	9,1600	10.076,00	10.076,00
3085	FRALDA GERIATRICA (P) PCT 8 -	CONFORT CARE	96190000	000	6108	PCT	545105	20.05.2024	20.05.2027			1.500,000	9,8500	14.775,00	14.775,00
2401	FRALDA GERIATRICA XG PCT 8	PLENA IND FRALDAS	96190000	000	6108	PCT	068780	26.09.2023	26.09.2028			1.010,000	9,5900	9.685,90	9.685,90
3872	FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL - TAM. G PCT. C	CONFORT BABY	96190000	000	6108	PCT	994	30.09.2024	30.09.2027			1.500,000	4,2900	6.435,00	6.435,00
08															
3873	FRALDA PEDIATRICA TAMANHO (M), PCT 8	CONFORT BABY	96190000	000	6108	PCT	08408	16.10.2023	16.10.2028			1.500,000	4,3000	6.450,00	6.450,00
4192	FRALDA PEDIATRICA TAMANHO (XG), PCT 8	MOLEKADA BABY	96190000	000	6108	PCT	I022023	05.12.2023	23.10.2028			1.500,000	5,4800	8.220,00	8.220,00

DADOS ADICIONAIS

LS 215  
PE 010/2025  
PROCESSO 2025.02.025  
FARMACIA BASICA BANCO DO BRASIL  
AG : 1833-3  
CC: 4356Z-8 DIFAL PE R\$ 0,00 - PB R\$ 5.600,47

RESERVADO AO FISCO